

Relatório Anual 2011



O Diretor Presidente da Cooperativa de Crédito Rural do Extremo Oeste de São Paulo, CNPJ:05.463.934/0001-836, NIRE 35400070781, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são de número 995 (novecentos e noventa e cinco), em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Rua São Paulo nº 3069, na cidade de Votuporanga no Estado de São Paulo, no dia 19/03/2012, às 8h00, com a presença de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 9h00, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 10h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- Prestação de contas do exercício de 2011;
- Destinação das sobras apuradas;
- Fixação do valor dos honorários e cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- Outros assuntos de interesse social: Devolução de capital de contas Encerradas e Eliminação de cooperados por dívidas com a cooperativa.

Observações:

- A Assembléia será realizada fora da Sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado.
- Conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 29 do Estatuto Social, com objetivo de garantir ampla possibilidade de participação nesta Assembléia Geral, serão disponibilizados meios de transporte aos associados residentes a mais de 50 km da sede. Os interessados deverão entrar em contato com a CredLíder até o dia 14/03/2012.

Votuporanga, 06 de Março de 2012.

Osvaldo pereira Caproni
Diretor Presidente

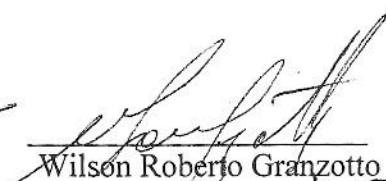
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal Efetivo da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO EXTREMO OESTE DE SÃO PAULO - CREDLÍDER, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, após examinar os Livros, Documentos, Situação Patrimonial, Demonstrativo das Sobras ou Perdas, as Mutações do Patrimônio e as Origens e Aplicações de Recursos dos Balanços encerrados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2011, somos de PARECER que as Contas apresentadas, merecem aprovação dos senhores cooperados presentes à A.G.O. (Assembléia Geral Ordinária) de 2012.


Votuporanga, 29 de Fevereiro de 2012.



Ivo Ferreira de Lima
Conselho Fiscal Efetivo
CPF nº 736.035.708-07



Wilson Roberto Granzotto
Conselho Fiscal Efetivo
CPF nº 785.345.778-20



Luiz Capela
Conselho Fiscal Efetivo
CPF nº 733.825.908-91

PALAVRA DO PRESIDENTE



Osvaldo Pereira Caproni
Diretor-Presidente

Estamos em 2012, ano internacional do cooperativismo. Depois de oito anos trabalhando em benefício dos cooperados, a SICOOB/CREDLÍDER se consagra como uma cooperativa cada vez mais sólida e firme em seus propósitos de tornar-se forte no atendimento a família cooperativista.

Sem abrir mão dos seus objetivos, vem proporcionando, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos. Desenvolve programas de poupança, de uso adequado ao crédito e de prestação de serviços, praticando operações ativas, passivas e acessórias, próprias de uma Cooperativa de Crédito.

Promove ainda o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados, familiares e colaboradores. Além disso, não mede esforços em estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns aos associados.

Observa-se sua projeção pela abrangência de um número cada vez maior de cooperados, cujo atendimento personalizado constitui um diferencial que atrai adeptos também diferenciados pela adoção do sistema cooperativo.

Em 2011, os investimentos estiveram voltados para aquisição de áreas no valor de R\$ 1.049.734,50 já prevendo seu crescimento e necessidade de espaço mais adequado para atendimento aos cooperados. Dedicou-se também a expansão estudando a viabilidade de sua ampliação por meio da instalação de dois Postos de Atendimento ao Cooperado, o que deve se concretizar no corrente ano. Investiu em capacitação e avaliação do trabalho dos colaboradores e dirigentes, com a finalidade de aprimorar processos e serviços. Com esse investimento, as práticas cotidianas dos colaboradores foram melhoradas e as atuações ampliadas, o que contribuiu sobremaneira à prestação de assistência financeira e tranquilidade dos cooperados.

Pelos resultados, foi possível rever a remuneração e instituir em 2012 comissões agregadas a remuneração dos colaboradores no sentido de motivá-los ainda mais em direção ao sucesso da cooperativa, principalmente no que se refere ao oferecimento de novos serviços disponibilizados em 2012, como o Sicoob Previ e o Sicoob Consórcios, na área de previdência e nas áreas automobilística e de imóveis, respectivamente.

Os diferenciais da cooperativa são muitos, não só nos negócios como também no atendimento e estabelecimento de metas compatíveis com as necessidades dos cooperados. No mundo contemporâneo, as cooperativas de crédito vêm se destacando pelo fato de trabalharem com recursos próprios, tornando-se mais imunes aos efeitos consequentes de inseguranças econômicas presentes no cenário mundial. Em 2012 os programas sociais continuarão a ser desenvolvidos em harmonia com os eventos já consagrados tradicionalmente pela população de Votuporanga e região.

A SICOOB/CREDLÍDER, por não ter fins lucrativos, fortalecerá ainda mais o seu objetivo social e econômico, pois acredita no desenvolvimento e prosperidade da região. Crença que aliada aos anseios da população continuará a trilhar o caminho do sucesso tendo como suporte a força de cada cooperado que se orgulha de fazer parte dela e nela depositar seus anseios.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

4

Aos Cooperados e Administradores da

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO EXTREMO OESTE DE SÃO PAULO - SICOOB/SP - CREDLÍDER
Votuporanga SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Rural do Extremo Oeste de São Paulo Sicoob - Credlíder ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

EXPEDIENTE

Impressão

Bruman Gráfica

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural do Extremo Oeste de São Paulo Sicoob - Credlíder em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto SP, 02 de fevereiro de 2012.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Hélio Mazzi Júnior
Contador CRC 1SP189107/O-3

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Diretor Presidente

Oswaldo Pereira Caproni
CPF: 114.6868.806-49

Diretor Operacional

Oswaldo Carvalho da Silva
CPF: 077.496.798-63

Diretora Administrativa

Encarnação Manzano
CPF: 221.662.898-00

Membros Vogais

Jesus Bacani
CPF: 546.594.858-20

Miguel Fernandes Flores
CPF: 785.288.448-20

Claudio Aranha de Souza
CPF: 099.106.978-15

Wilma Aparecida Monteiro
CPF: 038.832.948-37

Conselho Fiscal Efetivo

Luiz Capela
CPF: 733.825.908-91

Wilson Roberto Granzotto
CPF: 785.345.778-20

Ivo Ferreira de Lima
CPF: 736.035.708-04

Membros Suplentes

César Elidio Marangoni
CPF: 070.541.338-11

Valentina Maria de Paula Bonfatti
CPF: 025.731.778-31

José Francisco Breviglieri
CPF: 158.128.478-00

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 - Em Reais

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo		
Circulante	8.481.055	9.701.906	Circulante	7.893.673	8.146.042
Disponibilidades – nota 4	134.614	233.240	Depósitos – nota 12	6.796.266	7.012.431
Títulos e valores mobiliários – nota 5	1.332.275	1.195.664	Relações interfinanceiras – nota 13	841.090	915.028
Relações interfinanceiras – nota 6	3.999.222	5.486.558	Relações interdependências	206	615
Operações de crédito – nota 7	3.006.740	2.781.987	Outras obrigações – nota 14	256.111	217.968
Outros créditos – nota 8	8.204	4.457			
Não circulante	3.880.017	2.253.830	Não circulante	266.973	283.387
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Operações de crédito – nota 7	2.257.418	1.738.844	Relações interfinanceiras – nota 13	266.973	283.387
Permanente			Patrimônio líquido – nota 15	4.200.426	3.526.307
Investimentos – nota 9	410.389	362.039	Capital social	3.557.314	2.959.165
Imobilizado de uso – nota 10	1.182.543	119.280	Reserva de sobras	470.880	250.617
Intangível – nota 11	29.667	33.667	Sobras acumuladas	172.232	316.525
Total do ativo	12.361.072	11.955.736	Total do passivo e patrimônio líquido	12.361.072	11.955.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado (sobras ou perdas)

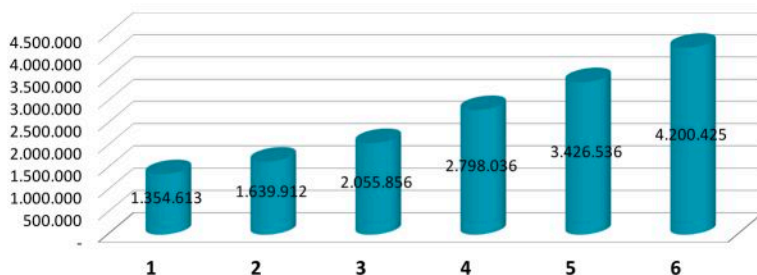
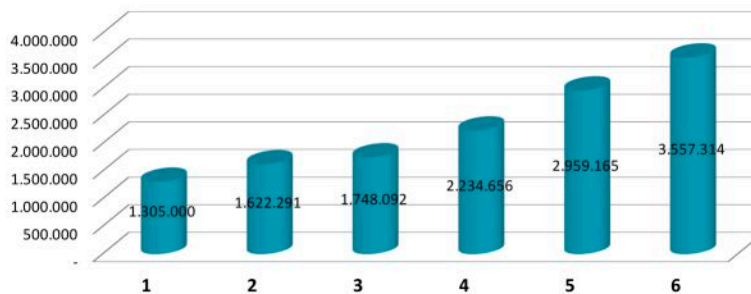
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e semestre findo em 31 de Dezembro de 2011 - Em reais

		2011	2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	1.091.876	2.025.843	1.632.245
Operações de crédito	853.794	1.521.122	1.173.220
Ingressos de depósitos intercooperativos	179.749	395.543	387.143
Títulos e valores mobiliários	58.333	109.178	71.882
Despesas da intermediação financeira	(558.241)	(860.984)	(723.856)
Operações de captação no mercado	(187.037)	(351.665)	(267.167)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(31.601)	(67.114)	(52.278)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(339.603)	(442.205)	(404.411)
Resultado bruto da intermediação financeira	533.635	1.164.859	908.389
Outras (despesas) receitas operacionais	(653.640)	(986.988)	(496.673)
Receitas de prestação de serviços	126.686	252.782	222.756
Despesas de pessoal, honorários da diretoria e conselhos fiscal e de administração	(241.317)	(474.341)	(373.996)
Outras despesas administrativas	(408.520)	(739.996)	(580.214)
Outras despesas operacionais – nota 16	(247.742)	(265.617)	(100.034)
Outras receitas operacionais – nota 17	117.253	240.184	334.815
Resultado operacional	(120.005)	177.871	411.716
Resultado não operacional	4.036	24.755	(39.333)
Sobra (perda) do semestre/exercícios	(115.969)	202.626	372.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Capital Social (em R\$)

2006	1.305.000
2007	1.622.291
2008	1.748.092
2009	2.234.656
2010	2.959.165
2011	3.557.314

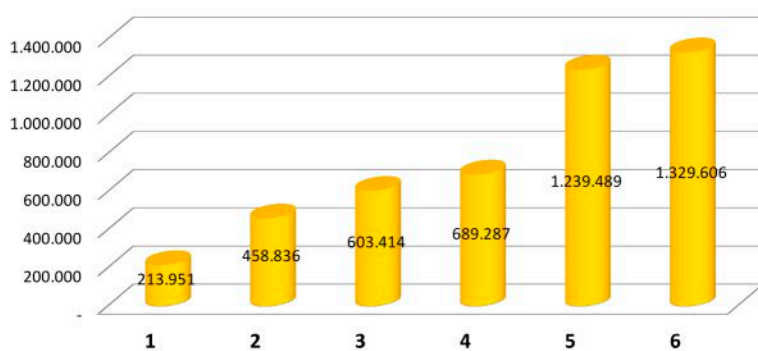
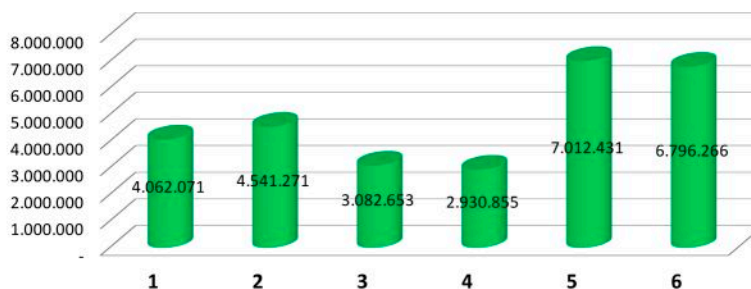


Patrimônio Líquido (em R\$)

2006	1.354.613
2007	1.639.912
2008	2.055.856
2009	2.798.036
2010	3.426.536
2011	4.200.425

Depósitos Totais (em R\$)

2006	4.062.071
2007	4.541.271
2008	3.082.653
2009	2.930.855
2010	7.012.431
2011	6.796.266

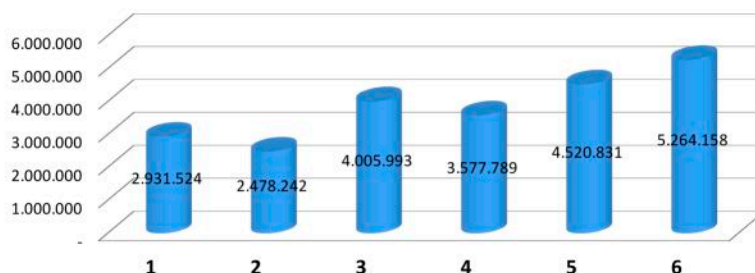


Poupança

2006	213.951
2007	458.836
2008	603.414
2009	689.287
2010	1.239.489
2011	1.329.606

Operações de Crédito (em R\$)

2006	2.931.524
2007	2.478.242
2008	4.005.993
2009	3.577.789
2010	4.520.831
2011	5.264.158



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

7

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e semestre
findo em 31 de dezembro de 2011

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	2.234.655	107.223	456.156	2.798.034
Incorporação de sobras ao capital	350.000	-	(350.000)	-
Incorporação de juros ao capital	65.800	-	-	65.800
Integralizações de capital	389.166	-	-	389.166
Baixas de capital	(80.456)	-	-	(80.456)
Sobra do exercício	-	-	372.383	372.383
Reserva legal	-	143.394	(143.394)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	(18.620)	(18.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.959.165	250.617	316.525	3.526.307
Incorporação de sobras ao capital	116.525	-	(116.525)	-
Aumento da reserva legal	-	200.000	(200.000)	-
Incorporação de juros ao capital	194.067	-	-	194.067
Integralizações de capital	437.078	-	-	437.078
Baixas de capital	(149.521)	-	-	(149.521)
Sobra do exercício	-	-	202.626	202.626
Reserva legal	-	20.263	(20.263)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	(10.131)	(10.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.557.314	470.880	172.232	4.200.426

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2011	3.137.974	450.617	318.595	3.907.186
Incorporação de juros ao capital	194.067	-	-	194.067
Integralizações de capital	301.365	-	-	301.365
Baixas de capital	(76.092)	-	-	(76.092)
Perda do semestre	-	-	(115.969)	(115.969)
Reserva legal	-	20.263	(20.263)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	(10.131)	(10.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.557.314	470.880	172.232	4.200.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

8

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2011
Em reais

		2011	2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	650.883	(916.815)	3.114.580
Sobra (perda) ajustada do semestre/exercícios:	(98.910)	235.653	399.410
Sobra (perda) do semestre/exercícios	(115.969)	202.626	372.383
Depreciações e amortizações	17.059	33.027	27.027
Variações dos ativos e passivos:	749.793	(1.152.468)	2.715.170
(Aumento) dos títulos e valores mobiliários	(383.826)	(136.611)	(1.195.664)
(Aumento) das operações de crédito	(514.202)	(743.327)	(943.042)
Diminuição (aumento) dos outros créditos	6.341	(3.747)	39.811
Aumento (diminuição) em depósitos	1.588.257	(216.165)	4.081.575
Aumento (diminuição) em relações interfinanceiras e interdependências	76.372	(90.761)	(5.415)
(Diminuição) aumento em outras obrigações	(23.149)	38.143	737.905
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(48.824)	(1.140.640)	(122.527)
Aumento de investimentos	(15.014)	(48.350)	(74.000)
Aquisições de imobilizado de uso	(33.810)	(1.092.290)	(48.527)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	409.209	471.493	355.890
Integralizações de capital	301.365	437.078	389.166
Baixas de capital	(76.092)	(149.521)	(80.456)
Incorporação de juros ao capital	194.067	194.067	65.800
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(10.131)	(10.131)	(18.620)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.011.268	(1.585.962)	3.347.943
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (centralização financeira)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	3.122.568	5.719.798	2.371.855
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	4.133.836	4.133.836	5.719.798
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.011.268	(1.585.962)	3.347.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e semestre

findo em 31 de dezembro de 2011

Em reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural do Extremo Oeste de São Paulo Sicoob – Credlíder (Cooperativa) é uma sociedade cooperativista que visa à prestação de assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, assim como a comercialização e industrialização dos bens produzidos. A Cooperativa tem sede em Votuporanga SP, sendo sua área de ação nos municípios de Votuporanga, Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida D'Oeste, Aspásia, Auriflama, Bady Bassit, Bálsamo, Buritama, Cardoso, Cedral, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçú, Guarani D'Oeste, Guzolândia, Icem, Indiaporã, Ipiranga, Jaci, Jales, José Bonifácio, Lourdes, Macaubal, Macedônia, Magda, Marinópolis, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Mendeira, Nipoã, Nova Aliança, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Granada, Nova Luzitânia, Onda Verde, Orindiuva, Oroeste, Palestina, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Planalto, Poloni, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Riolândia, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Antonio do Aracanguá, São Francisco, São João das duas Pontes, São João de Iracema, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Sud Menucci, Tanabi, Três Fronteiras, Turiuba, Turmalina, Ubarana, União Paulista, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil, Zacarias, Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapajipe, Iturama, Limeira D'Oeste, Pirajuba, Planura, Prata, São Francisco de Sales, União de Minas, Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selviria e Três Lagos. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução no 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito Rural do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cocrecr) e componente do Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, incluído as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as peculiaridades da legislação cooperativista (Lei 5.764/1971), e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A autorização para sua conclusão foi dada pela administração da Cooperativa em 02 de fevereiro de 2012. Consideram ainda, visando a convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais de contabilidade, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) normatizados pelo Bacen até o momento: CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 24 - Evento subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011. Os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC serão adotados mediante aprovação pelo órgão regulador (Bacen).

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras. As relações interfinanceiras (centralização financeira) são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos – nota 4.

d Títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

Classificados conforme a intenção da administração em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado – nota 5 e 6.

e Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados – nota 7.

f Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. O CMN, através das Resoluções n.ºs 2.682/1999 e 2.697/2000, introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo) – nota 7.

g Investimentos

Representados por participação societária avaliada ao custo de aquisição, deduzido, conforme o caso, de provisão para perdas – nota 9.

h Imobilizado

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens – nota 10.

I Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados – nota 11.

j Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperado.

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de despesas a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados – nota 12.

l Relações interfinanceiras (passivo)

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço (pro-rata temporis) – nota 13.

m Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco provável de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

p Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social, estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

q Demonstração de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto.

4 COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2011	2010
Disponibilidades		
Caixa	134.614	233.240
Relações interfinanceiras – nota 6	3.999.222	5.486.558
	4.133.836	5.719.798

Tipo de aplicação	2011	2010
RDC Longo Pós CDI	1.332.275	1.195.664

A aplicação em RDC é remunerada pela taxa de 96% CDI (CETIP). No exercício de 2011 foram registrados no resultado rendimentos em rendas da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 109.178 (R\$ 71.882 em 2010). A aplicação está contratada 100% na Sicoob Central Cocecrer, e garantem operações de repasse de recursos de crédito rural, com vencimento após 90 dias.

6 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Tipo de aplicação	2011	2010
Centralização financeira	3.999.22	5.486.55

A centralização financeira na Sicoob Central Cocecrer é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2011 foram registrados no resultado rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 395.543 (R\$ 387.143 em 2010).

7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2011		2010	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Adiantamento a depositantes	152.453	-	21.407	-
Cheque especial e conta garantida	420.607	-	301.941	-
Empréstimos e títulos descontados	1.789.913	2.092.728	917.786	283.390
Financiamentos rurais: próprios e repasses	840.944	267.133	1.792.750	1.480.537
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(197.177)	(102.443)	(251.897)	(25.083)
	3.006.740	2.257.418	2.781.987	1.738.844

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2011		2010	
		Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas
AA	-	-	438.173	-	455.459
A	0,5	37.113	4.247.622	38.788	3.697.963
B	1	14.786	385.375	79	285.718
C	3	6.679	98.748	593	24.469
D	10	-	22.170	-	22.128
E	30	-	43.009	3.853	18.027
F	50	11.380	7.121	-	411
G	70	5.753	10.716	-	16.902
H	100	154.288	80.845	67.690	165.731
		229.999	5.333.779	111.003	4.686.808

c Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco em 31/12/2011

Descrição									Níveis de risco	Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Adiantamento a depositantes	-	3.553	163	156	-	-	-	-	148.581	152.453
Cheque especial e conta garantida	41.343	347.537	7.644	7.842	5.155	3.560	2.686	1.840	3.000	420.607
Empréstimos e títulos descontados	330.523	2.891.87	392.35	97.429	17.015	39.449	15.815	14.629	83.552	3.882.641
Financiamentos rurais: próprios e repasses	66.307	1.041.77	4	-	-	-	-	-	-	1.108.077
	438.173	4.284.735	400.161	105.427	22.170	43.009	18.501	16.469	235.133	5.563.778

Descrição	2011		2010	
	Vencidas	Vincendas*	Vencidas	Vincendas
Adiantamento a depositantes	152.453	-	21.407	-
Cheque especial e conta garantida	-	420.607	-	301.941
Empréstimos e títulos descontados	77.546	3.805.095	-	1.201.176
Financiamentos rurais: próprios e repasses	-	1.108.077	89.596	3.183.691
	229.999	5.333.779	111.003	4.686.808

Descrição	*Vincendas (dias)						Total
	Até 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a 365	Acima de 365	
Cheque especial e conta garantida	420.607	-	-	-	-	-	420.607
Empréstimos e títulos descontados	620.293	411.275	294.603	138.254	247.942	2.092.728	3.805.095
Financiamentos rurais: próprios e repasses	-	-	158.851	155.422	526.671	267.133	1.108.077
	1.040.900	411.275	453.454	293.676	774.613	2.359.861	5.333.779

e Composição do não circulante por ano de vencimento (longo prazo)

	2011	2010
2012	-	629.862
2013	940.898	341.025
2014	636.047	12.611
2015	546.879	20.527
2016	-	514.601
2017 a 2025	236.037	245.301
	2.359.861	1.763.927

f Concentração das operações de crédito (R\$ 5.563.778 em 2011; R\$ 4.797.811 em 2010)

	2011		2010	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior devedor	445.187	8%	514.601	11%
10 maiores devedores	2.009.511	36%	2.018.879	42%
20 maiores devedores	2.928.321	53%	2.920.416	61%

g Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(179.326)	(276.980)	(158.645)
Créditos baixados para prejuízo	122.257	235.260	90.880
Constituição da provisão	(339.603)	(442.205)	(404.411)
Reversão da provisão	97.052	184.305	195.196
Saldo final	(299.620)	(299.620)	(276.980)

	2011	2010
Descrição	Circulante	Circulante
Rendas a receber	1.955	608
Diversos	6.249	3.849
	8.204	4.457

9 INVESTIMENTOS

Descrição	2011	2010
Sicoob Central Cocecrer	410.389	362.039

10 IMOBILIZADO DE USO

	Taxa			2011	2010
Descrição	anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.049.735	-	1.049.735	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	161.451	(78.298)	83.153	78.773
Sistema de processamento de dados	20%	99.069	(75.344)	23.725	29.428
Sistema de segurança	10%	45.819	(19.889)	25.930	11.079
		1.356.074	(173.531)	1.182.543	119.280

11 INTANGÍVEL

	Taxa			2011	2010
Descrição	anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais (softwares)	10%	40.000	(10.333)	29.667	33.667

12 DEPÓSITOS

Descrição	2011	2010
Depósitos à vista	1.853.129	3.855.087
Depósitos sob aviso	4.697	17.820
Depósitos a prazo	4.938.440	3.139.524
	6.796.266	7.012.431

a Concentração dos depósitos à vista

	2011	2010
	Valor % do total	Valor % do total
Maior depositante	98.409 5%	1.232.656 32%
10 maiores depositantes	630.530 34%	2.543.942 66%
20 maiores depositantes	900.410 49%	2.975.718 77%

Os depósitos à vista não são remunerados.

b Concentração dos depósitos sob aviso

	2011	2010
	Valor % do total	Valor % do total
Maior depositante	3.868 82%	6.614 37%
10 maiores depositantes	4.697 100%	17.820 100%

Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e tem exibilidade imediata. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação após 31 de dezembro de 2007.

	2011		2010	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	609.074	12%	666.182	21%
10 maiores depositantes	3.306.216	67%	2.522.511	80%
20 maiores depositantes	4.225.061	86%	3.015.119	96%

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Os encargos dos depósitos estão registrados no resultado em despesas de operações de captação no mercado.

13 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

					2011	2010	
Instituição financeira	Finalidade	Encargos Vencimento		Circulante	Não circulante	Não circulante	
		financeiros	final			Circulante	circulante
Bancoob	Custeio	6,75%	4/10/2013	737.506	113.164	915.028	283.387
Bancoob	Custeio	6,25%	25/7/2013	103.584	153.809	-	-
				841.090	266.973	915.028	283.387

As garantias são notas promissórias, avais, penhores cedulares e hipotecas.

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	2011	2010
	Circulante	Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.611	1.315
Sociais e estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	82.866	85.334
Cotas de capital a pagar	75.043	51.953
	157.909	137.287
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições a recolher	61.316	28.635
Diversas		
Provisão para pagamentos a efetuar	18.769	17.817
Credores diversos – país	16.506	30.190
Obrigações por aquisições de bens e direito	-	2.724
	35.275	50.731
	256.111	217.968

(I) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normar do Bacen – nota 15b.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a Capital social

É representado pelas integralizações de 970 e 895 cooperados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas partes.

Ainda, o capital social integralizado pode ser remunerado com juros limitado a taxa Selic, a critério da Diretoria Executiva, caso haja sobra no exercício. Em 2011 foram distribuídos juros ao capital no montante de R\$ 194.067 (R\$ 65.800 em 2010) aos cooperados; em contrapartida de outras despesas operacionais.

Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a Reserva legal (para reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa); e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (para prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades especializadas, oficiais ou não). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade – nota 14 (i).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da AGO. Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 21 de março de 2011, foi aprovado por unanimidade dos cooperados que as sobras acumuladas do exercício de 2010, no valor de R\$ 316.525, já deduzidas as destinações estatutárias, fossem incorporadas no montante de R\$ 200.000 à Reserva legal e R\$ 116.525 incorporadas ao capital social na proporção direta da usufruição dos serviços, com 50% para cooperados aplicadores e 50% para cooperados tomadores.

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de impostos e contribuições	(2.192)	(3.345)	(1.684)
Despesas de juros ao capital (i)	(230.827)	(230.827)	(77.295)
Outras despesas operacionais	(14.723)	(31.445)	(21.055)
	(247.742)	(265.617)	(100.034)

(i) Valor bruto, sem dedução do IRRF.

17 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	20.201	55.879	139.619
Reversão de provisão para operações de crédito	97.052	184.305	195.196
	117.253	240.184	334.815

18 CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO

Os créditos baixados como prejuízo em 31 de dezembro de 2011 montavam R\$ 697.891 (R\$ 522.873 em 2010) e são registrados em contas de compensação. A maioria está em processo de cobrança judicial e, no caso de recuperação, tais créditos são reconhecidos em outras receitas operacionais no exercício da recuperação.

19 SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista, sob aviso e a prazo. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

21 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), inclusive diretores executivos e membros da família dessas pessoas.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa e caracterizam-se basicamente por movimentações de contas correntes, depósitos e operações de crédito. São assim resumidas em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Ativo	% sobre o total das operações de crédito
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	301.533	5,42
Conselho Fiscal	126.474	2,27
Pessoas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal	116.983	2,10
Empresas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal	5.562	0,10
		% sobre o total dos depósitos
Descrição	Passivo	
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	72.179	1,06
Conselho Fiscal	22.040	0,32
Pessoas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal	1.527	0,02
Empresas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal		
		Recebidos em 2011
Descrição	Benefício auferido	
Diretoria Executiva	Honorários	114.130
Conselho Fiscal	Cédula de presença	5.081
		% sobre o total do capital
Descrição	Capital social	
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	168.155	4,73
Conselho Fiscal	53.663	1,51
Pessoas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal	68.937	1,94
Empresas ligadas aos Conselhos de Administração e Fiscal	20.354	0,57

22 COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SICOOB CENTRAL COCECRER

A Cooperativa é filiada ao Sicoob Central Cocecrer, cooperativa central regida pela legislação cooperativista e normativos do Bacen. O Sicoob Central Cocecrer representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras. Cabe ainda ao Sicoob Central Cocecrer o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar risco para a solidez de suas associadas ou do sistema. Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cocecrer em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são os seguintes:

Descrição	2011	2010
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários – nota 5	1.332.275	1.195.664
Relações interfinanceiras – nota 6	3.999.222	5.486.558
Ativo não circulante		
Permanente		
Investimentos - nota 9	410.389	362.039

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

a Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional da Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia Controll Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado, para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b Risco de Mercado

O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk – VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado.

c Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para a Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito.

M+ S POUPANÇA

SUA CENTRAL.COM
257 MILHÕES
CAPTADOS EM POUPANÇA

- ★ COMISSÃO EM DOBRO*
- ★ BÔNUS**



* O COMISSIONAMENTO SERÁ EM DOBRO DURANTE TODO O PERÍODO DA CAMPANHA: 01/09/2011 À 28/02/2012.
** O BÔNUS DE R\$ 67,5 MIL SERÁ ENTREGUE À CENTRAL, CASO ESTA CUMPRIR A META DE R\$ 257 MILHÕES.

SICOOBCREDLÍDER



O MELHOR DA VIDA É FEITO EM PARCERIA.

O Sicoob Previ é uma entidade fechada de previdência complementar que está absolutamente em sintonia com o espírito do cooperativismo.

Não objetiva lucro, e por isso possibilita mais benefícios aos participantes que aderirem ao plano.

Conheça outras vantagens do produto:

- Possui benefícios fiscais: dedução de IR;
- Plano completo que contempla: aposentadoria, riscos de morte e invalidez;
- Mais segurança devido a proteção legal;
- Possibilita o planejamento sucessório;
- Menores taxas e histórico de melhor rentabilidade.

Procure ainda hoje a sua cooperativa e garanta um futuro tranquilo.

A PREVIDÊNCIA DO
COOPERATIVISMO BRASILEIRO.

www.sicoob.com.br | Central de Atendimento 0800 642 0000

SICOOBCREDLÍDER



É mais fácil realizar um sonho quando
você conta com a ajuda de outras pessoas.



Chegou o Sicoob Consórcios.

Ter o seu veículo novo ou usado ou realizar o sonho da casa própria agora ficou muito mais fácil. Isso porque o Sicoob acaba de adquirir a Ponta Administradora de Consórcios Ltda., uma empresa líder no segmento com 40 anos de experiência. E o cooperativismo é a tradição juntos numa só marca - Sicoob Consórcios. Uma união que vai trazer segurança, liberdade de escolha e as melhores taxas para ajudar você a realizar o seu sonho.

Para saber mais, procure uma cooperativa do Sicoob ou acesse www.sicoob.com.br

SICOOB
ASSOCIADO A VOCÊ.

Unidade Ponta Administradora: 0800 722 6555.
O Sicoob Consórcios é administrado pela Ponta Administradora de Consórcios Ltda.



Rua São Paulo, 3069 - Centro CEP: 15.500-010 - Votuporanga-SP Fones: (17) 3405-1361 - (17) 3405-1229
www.sicoob.com.br email: credlider@credlider.coop.br

